



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638564 - SP (2021/0001173-9)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CAMILA PARONETTI SILVA - SP291018
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DANIEL ARAÚJO DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : ROBERT CRISTIAN DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DANIEL ARAÚJO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0001373-71.2018.8.26.0540).

O paciente foi condenado às penas de 6 anos e 8 meses de reclusão em regime inicial fechado e de 16 dias-multa pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, II, e § 2º-A, I, do Código Penal.

A impetrante sustenta a inidoneidade dos motivos apresentados pelo Tribunal de origem para manter a imposição do regime inicial fechado, ao argumento de que fundados apenas na gravidade abstrata do roubo circunstanciado.

Requer, liminarmente, a fixação do regime semiaberto para o início do cumprimento da pena privativa de liberdade cominada ao paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A imposição do regime prisional mais gravoso está calcada na gravidade concreta do delito, evidenciada pelo seu *modus operandi*, já que o paciente e o corréu, "munidos de arma de fogo, abordam vítima do sexo feminino em plena via pública, para subtração de seus bens" (fl. 43).

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente